

-----ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE SETEMBRO DO
ANO DE DOIS MIL E SEIS:-----

-----Ao vigésimo nono dia do mês de Setembro do ano de dois mil e seis, realizou-se no Auditório da Biblioteca Municipal “José Saramago”, em Odemira, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pelo senhor Manuel António Dinis Coelho, secretariado pelos senhores Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Primeiro Secretário) e Paula Cristina dos Santos Custódio (Segundo Secretário), e convocada pelo primeiro ao abrigo do artigo quadragésimo nono e da alínea b) do número um, do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----II– PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----**Ponto um:** Acta da Sessão Ordinária de 27/04/2006: apreciação e aprovação;-----

-----**Ponto dois:** Leitura de Expediente;-----

-----**Ponto três:** Apreciação de assuntos de interesse para o concelho.-----

-----III– PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----**Ponto um:** Cumprimento do disposto na alínea e) do nº1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002 de 11/01: apreciação;-----

-----**Ponto dois:** Lançamento da Derrama: apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto três:** Imposto Municipal sobre Imóveis – Fixação de taxas sobre os prédios urbanos: apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto quatro:** 9ª Modificação Orçamental – 2006: 4ª Revisão ao Orçamento da

Receita; 4ª Revisão ao Orçamento da Despesa; 4ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos: apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto cinco:** Fernanda Isabel Costa Bernardo – Pedido de autorização para doação de ½ do lote n.º 54 do Loteamento Municipal de S. Luís: apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto seis:** Loteamento Municipal de Sabóia – Alienação dos Lotes n.º 3 e 5 – Realojamento de vítimas das intempéries de Novembro de 1997: apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto sete:** Minuta do contrato de prestação de serviços por ajuste directo para a recepção, transporte e deposição em aterro de RSU: apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto oito:** Proposta de Regulamento do Concurso de Banda Desenhada: apreciação e deliberação.-----

-----**ABERTURA DA SESSÃO**-----

-----Pelas vinte horas e cinquenta e cinco minutos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença de trinta e três membros da Assembleia a saber, os senhores Amâncio Francisco Mendes Piedade, Aníbal Mendes Simão, António Eduardo Guerreiro da Silva, António Manuel de Oliveira Rita Viana, Augusto Inácio Maria, Dinis Manuel Campos Nobre, Diogo Castanheira Vilhena, Dulce Loução de Matos Raposo, Fernando José Romão da Silva Valério, Fernando Silvestre da Encarnação, Filipa Alexandra Gonçalves Oliveira, Helena Maria Theodora Loermans, Horácio de Oliveira Gonçalves, João Miguel Nobre Rebelo dos Reis, Joaquim Pedro da Silva Soares Parreira, Joaquina Maria Eduarda Bernardino, José da Silva Ribeiro, José da Silva Valério, José Manuel Gonçalves Guerreiro, José Manuel dos Reis Guerreiro, José Vieira Ramos, Leonel Nunes Rodrigues, Manuel António Dinis Coelho, Manuel José Pereira Guerreiro Martins, Maria da Piedade Grego Dias Sobral Barradas, Maria Luísa Vilão Palma, Mário Manuel Lourenço da Silva Santa Bárbara, Paula Cristina dos Santos

Custódio, Raul José Pinto de Albuquerque Tomás, Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso, Tito Silvestre Nobre Palma, Valdemar Pacheco Silvestre e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro, e as ausências dos senhores Carlos José Martins Cortez, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, Humberto Inácio Encarnação, Presidente da Junta de Freguesia de Salvador, José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de Relíquias, Mário Neves Páscoa Conceição, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho das Amoreiras e Telma Cristina Felizardo Guerreiro.-----

-----Do Executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes os senhores António Manuel Camilo Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Odemira, José Alberto Candeias Guerreiro e Carlos Alberto Silva Oliveira, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e Cláudio José dos Santos Percheiro e Abílio José Guilherme Bejinha, Vereadores eleitos pela Coligação Democrática Unitária.-----

-----Reportando-se às faltas verificadas nas sessões anteriores, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, relativamente à reunião do Grupo de Trabalho para “Elaboração do Regimento dos Membros da Assembleia Municipal, para o Quadriénio de dois mil e cinco a dois mil e nove”, realizada no dia vinte e quatro de Junho do ano de dois mil e seis, não tinha justificado a falta o senhor Diogo Castanheira Vilhena.-----

-----Relativamente à sessão ordinária realizada no dia trinta de Junho do corrente ano, não tinha justificado a falta a senhora Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro.-----

-----Ainda antes de se dar início ao tratamento dos assuntos agendados para a presente sessão, o senhor Presidente da Assembleia informou os presentes que iriam proceder à tomada de posse dos membros em falta para o Conselho Municipal de Segurança de Odemira, nos termos do nono artigo da Lei número trinta e três barra noventa e oito, de dezoito de Julho e cuja acta avulsa ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão.-----

-----**I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

-----Interveio o senhor António Carlos Ramos R. G. Ventura que solicitou algumas informações relacionadas com a freguesia de São Luís, designadamente:-----

----Sobre uma informação pedida à Câmara Municipal de Odemira, ao pelouro da Cultura e Desporto, relativa a uma permuta de um terreno para o alargamento do campo de futebol. Disse que o pedido tinha sido efectuado há quatro meses e aguardava o parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Alentejo, pelo que questionou em que situação se encontrava no momento;-----

----Questionou se os esgotos do Castelão já estavam concluídos, uma vez que a obra se tinha iniciado há cerca de sete anos;-----

----Referiu que a estrada camarária que ligava São Luís a Vila Nova de Milfontes estava em péssimo estado;-----

----Falou sobre a falta de água em São Luís e na possível colocação de um depósito de água;---

----Falou também sobre a falta de médicos em São Luís e solicitou à Câmara Municipal que fizesse alguma pressão junto dos responsáveis;-----

----Por último, disse: “queria agradecer à Câmara Municipal, Presidente e respectivos Vereadores e à Junta de Freguesia de São Luís, a colaboração que têm prestado à colectividade que represento, neste caso à Sociedade. Muito obrigado pelo vosso apoio.”-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que em seu nome e em nome dos Vereadores da Câmara Municipal agradeceu as palavras amáveis do senhor António Carlos, e bem assim disse que também seria de louvar o excelente trabalho que as pessoas daquela Sociedade vinham a desenvolver ao longo dos anos, pela população da freguesia de São Luís.--

-----Informou ainda que o Plano de Urbanização de São Luís e o Plano Director Municipal de Odemira tinham demarcada a zona destinada à implantação de equipamentos e o terreno a permutar ficava fora do Perímetro Urbano de São Luís, o que “cortava” à partida a hipótese de construção do campo de futebol.-----

-----Revelou ainda que no passado dia vinte e um se tinha iniciado a revisão do Plano Regional de Ordenamento do Território, prevendo-se estar aprovado até Setembro do próximo ano. Disse que “à medida que se fosse cimentando ideias ao nível do Plano Regional, nós arrancaríamos com a revisão ao PDM e aí poderíamos ver essas questões”.-----

-----Quanto aos esgotos do Castelão informou que a rede estava concluída, faltando apenas o tratamento a jusante. A informação que tinha era que brevemente iriam iniciar os trabalhos de montagem da ETAR. Relativamente à estrada que ligava São Luís a Vila Nova de Milfontes, disse que o concurso para reparação da mesma estava aberto e na fase de recepção de propostas.-----

-----Por último, disse que a Câmara Municipal tinha vindo a desenvolver os esforços possíveis, junto das entidades responsáveis, para a colocação de médicos em número suficiente, no concelho de Odemira. Referiu ainda que nos loteamentos municipais já tinham disponibilizado lotes destinados a técnicos, tendo conseguido a fixação de um médico e de dois enfermeiros.----

-----Revelou ainda que habitualmente os concursos que a Associação Regional de Saúde de Beja fazia para a colocação de médicos no concelho de Odemira, ficavam desertos.-----

-----Interveio o senhor Raul de Almeida que disse: “A minha questão tem a ver com as acessibilidades num plano interno e num plano externo. No plano interno, há uma questão que me preocupa que é a estrada da Boavista para a Portela da Fonte Santa, que ficou a obra incompleta. No Notícias de Odemira, o senhor Vereador José Alberto dizia que, por dificuldades económicas, a obra tinha sido suspensa e tinham sido aplicadas multas ao empreiteiro.-----

-----Gostava de saber se há um prazo, se se espera por ele ter viabilidade, se se recorre à garantia bancária”.-----

-----Falou ainda do troço de três quilómetros entre o Carvalhal e a Casa Nova da Cruz que tanta falta fazia às populações do interior do concelho, para acederem a São Teotónio e à praia sem

terem que ir à Boavista dos Pinheiros.-----

----Sugeriu ainda que deveria existir um Plano Rodoviário Municipal.-----

----Por último, falou na ligação ferroviária a Lisboa. Lamentou que os dois comboios inter cidades não parassem em nenhuma das quatro estações do concelho, e bem assim informou que havia um desajuste nos horários dos comboios. Em face do exposto, sugeriu que o Executivo Municipal ou a Assembleia Municipal fizessem uma chamada de atenção à REFER para esse facto.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que, em tempos, a Assembleia Municipal tinha feito uma Recomendação à Câmara Municipal sobre os horários dos comboios, a qual foi encaminhada para os Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.-----

----Disse ainda que constava do mapa da correspondência recebida e tinha sido distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal, a resposta tardia do Conselho de Gerência daquela empresa pública, informando que estaria em estudo um projecto de horário para o percurso em causa.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que, para efeitos de candidatura aos fundos comunitários, tiveram que dividir a estrada em dois troços, sendo um da Portela da Fonte Santa até ao Viradouro (estrada municipal quinhentos e cinquenta dois) e outro da Boavista dos Pinheiros até à Portela da Fonte Santa (caminho municipal mil duzentos e vinte e nove), estando a candidatura do primeiro troço aprovada e a outra em fase de análise.-

----Revelou também que: “A empresa à qual a estrada foi adjudicada era uma das que mais créditos tinha em termos de obras de construção civil, que é a Acoril Empreiteiros. A empresa estava de “boa saúde” e a verdade é que a obra nunca correu bem, começou com um atraso enorme ao início do calendário e depois houve uma determinada altura em que nos apercebemos que as coisas não estavam bem”.-----

----Disse ainda que a empresa tinha um pedido de falência em tribunal e assim que o prazo da

obra terminou, começaram a aplicar as multas. Referiu que apesar de terem as garantias bancárias, teriam de deixar decorrer o prazo normal de “negociação”, para a obra ser lançada e recomeçada.-----

----Informou também que a Câmara Municipal tinha elaborado um quadro de estradas e as respectivas prioridades, a nível concelhio, antes da entrada do Terceiro Quadro Comunitário de Apoio, e bem assim referiu que muitas das estradas candidatadas não tinham sido aceites.-----

----Revelou que o troço da Casa Nova da Cruz aos Camachos seria incluído no plano do próximo ano, uma vez que pertencia ao grupo, cujas candidaturas tinham sido rejeitadas.-----

----Por último, informou que estavam a ultimar um instrumento que se tratava de um Mapa de Estradas que seria interactivo, georreferenciado e iria estar acessível no site da Câmara Municipal de Odemira.-----

----Disse ainda que tinha agendada uma reunião com a senhora Secretária de Estado dos Transportes para apresentar várias questões relacionadas com o transporte ferroviário, nomeadamente o facto de há quatro meses aguardarem uma resposta da Direcção Geral de Transportes Terrestres, para poderem accionar o protocolo com a REFER, relativamente à Passagem Inferior de Luzianes-Gare.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este período da Ordem de Trabalhos.-----

-----II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----**Ponto um:** ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E SETE DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E SEIS: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados da acta em epígrafe, que foram previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi por isso dispensada a sua leitura e imediatamente submetida à discussão.-----

-----Interveio o senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare,

que referindo-se à vigésima quinta página, na vigésima quarta linha, onde se lia “Estavas”, devia se ler “Estavas”.-----

-----Interveio a senhora Maria da Piedade Barradas, que referindo-se à trigésima terceira página, na décima primeira linha, onde se lê “Bilbã”, devia ser ler “Bilbao”.-----

-----Estas propostas de alteração foram aprovadas por consenso.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação do texto definitivo daquela acta, o qual foi aprovado por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto dois:** LEITURA DE EXPEDIENTE: A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou os respectivos originais à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento.-----

-----Seguidamente sugeriu que em próximas sessões na Ordem de Trabalhos surgisse, em vez de “Leitura de Expediente”, “Apreciação de Expediente”.-----

-----Por último, fez uma chamada de atenção para o documento número trinta e oito do mapa da correspondência expedida, sobre “Exposição apresentada pela senhora Anne Christine Kong Varela de Matos”.-----

-----Não havendo qualquer intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**Ponto três:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: Neste ponto foram apreciados os seguintes documentos:-----

-----a) Entrada número duzentos e seis, datada de cinco de Julho do corrente ano, sobre “Subscrição da Declaração do 4º Fórum Mundial da Água”, enviada pelo Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que referiu que a Comunidade Económica Europeia emitia directivas em que todos tinham de pagar a água ao preço de custo. Disse ainda que o documento em causa chamava a atenção para que se fizesse chegar a água em condições, às pessoas mais desfavorecidas, o que considerava uma contradição às directivas da Comunidade Económica Europeia.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi deliberado por maioria, com quinze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, doze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quatro abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal, aderir ao presente documento.-----

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que apresentou a Declaração de Voto que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“Eu subscrevo na íntegra os princípios estabelecidos nesta declaração, sobre o “4º Fórum Mundial da Água”. Chamo a atenção para o que as directivas da Comunidade Económica Europeia dizem, nesta matéria. Muitas das vezes são contraditórias, com estes princípios que são de defesa e de luta contra a pobreza”.-----

-----b) Entrada número duzentos e vinte, datada de vinte e um de Julho do corrente ano, sobre “Funcionamento da Estação de Correio dos CTT de Odemira”, enviada pela ANACOM.-

-----Interveio a senhora Helena Loermans que informou que não via muitas melhorias no funcionamento dos CTT em Odemira, e bem assim referiu que a máquina dos selos estava novamente avariada.-----

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que informou que na sua freguesia tinha havido nova tentativa para deixarem de assumir a responsabilidade em manter o posto de correios aberto, durante o período da manhã.-----

----Revelou ainda que a Junta de Freguesia de São Luís sempre negou qualquer tipo de acordo com os CTT.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que apelou a todos os Presidentes das Juntas de Freguesia do concelho de Odemira e a todos os presentes que fizessem chegar informações à Assembleia Municipal, sobre o funcionamento dos serviços dos CTT, para serem encaminhadas para o Conselho de Administração da ANACOM, conforme era solicitado no último parágrafo daquele documento.-----

-----c) Entrada número duzentos e vinte e um, datada de vinte e quatro de Julho do corrente ano, sobre “Movimento BAAL 21 – Declaração de Princípios”, enviada pela Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que apresentou a proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“A Assembleia Municipal de Odemira apreciou na sessão de 29/09/06 a declaração de princípios do movimento BAAL 21 e deliberou o seguinte:-----

-----a) apoiar a declaração de princípios;-----

-----b) propor ao Conselho Directivo da AMBAAL a inclusão naquela declaração de uma referência que, para além de realçar a importância que a construção do IC4 tem para todo o BAAL (Baixo Alentejo e Alentejo Litoral), sublinha que se trata de uma acessibilidade fundamental para os concelhos de Odemira e limítrofes.-----

-----c) sugerir ao Conselho Directivo da AMBAAL que essa referência seja do seguinte teor: “A construção do IC4 é de enorme importância para o desenvolvimento do Baixo Alentejo

e Alentejo Litoral e é fundamental e prioritária para o progresso dos concelhos de Odemira e limítrofes.”-----

-----Esta proposta foi aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, doze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal.-----

-----Interveio a senhora Helena Loermans que apresentou a proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“Proponho incluir na Declaração que haja acesso em condições óptimas de banda larga de Internet, para todo o território dos concelhos que integram o Baixo Alentejo e Alentejo Litoral.”-----

-----Esta proposta foi aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, doze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal.-----

-----Interveio o senhor Ricardo Cardoso que apresentou a proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“O acesso à saúde é um direito de todos os cidadãos. Assim, todos sem excepção devem ter acessos e cuidados de saúde em condições e em tempo real.”-----

-----Referiu ainda que também concorda com a questão do IC4 que era extremamente importante e deveria ter-lhe sido dada mais relevância.-----

-----Esta proposta foi aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, doze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal.-----

-----Interveio o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que apresentou a proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“Que seja incluído neste assunto, o alargamento da ponte sobre o rio Mira, E.N.120, ou que seja construída uma nova ponte alternativa.-----

-----A entrada ou saída para sul da vila de Odemira é por vezes um martírio”.-----

-----Esta proposta foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, doze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal.-----

-----Interveio o senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, que recordou que o IC4 já tinha motivado vários debates nas sessões da Assembleia Municipal, relativamente aos três traçados propostos. Referiu também que, na altura, o traçado mais benéfico para o concelho seria o que mais se aproximasse do interior.-----

----Por último disse: “Isto caiu há bastantes anos. Agora volta-se a falar do IC4, oxalá que desta vez se concretize, para que tenhamos essa mais valia”.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que as propostas aprovadas seriam remetidas à Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral.-

-----d) Entrada número duzentos e vinte e quatro, datada de vinte e cinco de Julho do corrente ano, sobre “Declaração sobre a Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos”, enviada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

-----Não havendo qualquer intervenção, foi deliberado por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, doze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia

Municipal, aderir ao presente documento.-----

-----e) Entrada número duzentos e vinte e seis, datada de vinte e sete de Julho do corrente ano, sobre “Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local”, enviada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

-----Interveio a senhora Helena Loermans que referindo-se ao sexto ponto da página número dez do documento em causa, perguntou se a Câmara Municipal tinha planos de acção e programas adequadamente financiados para o efeito.-----

-----Interveio a senhora Maria Luísa Palma que lamentou que ainda fosse necessário a elaboração daquele tipo de propostas.-----

-----Interveio o senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que informou que concordava com o documento em causa. Disse ainda que se deveria perguntar à Associação Nacional de Municípios Portugueses se existia alguma lei que proibia a igualdade entre os homens e as mulheres, porque ele desconhecia esse facto e considerava que não fazia sentido estarem a votar aquele documento.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que disse: “Isto não é um problema de leis, mas sim da aplicação da lei. Quem lida com estas temáticas no dia-a-dia vê que apesar de estar legislado, muitas coisas ainda não são verdade”.-----

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que lembrou que o documento em causa não era apenas emanado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, mas sim a nível Europeu. Considerou ainda que em Portugal não faltavam leis, mas sim cumprir ou fazer cumprir as leis.-----

-----Por último disse: “Também é verdade que o Estado na sua globalidade, não oferece condições para que as mulheres possam participar mais nas actividades autárquicas e associativas, porque infelizmente ainda são hoje elas, na grande maioria, que são responsáveis pelos filhos e por criá-los”.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que relativamente à questão da senhora Helena Loermans, disse que tinha sido proposta pela INDE uma parceria, para um projecto intitulado “Implicações”, tendo já decorrido várias reuniões com diversas entidades. Disse ainda que estava a ser elaborada a Carta Local para a Igualdade de Oportunidades, e bem assim estava programado um fórum no final do trabalho, com a participação de dirigentes nacionais.-----

-----Interveio o senhor Ricardo Cardoso que considerou que o Estado não tinha qualquer responsabilidade na participação das mulheres nas actividades autárquicas e associativas, como a senhora Joaquina Bernardino tinha referido. Disse também que aquela questão era de índole social e partia da educação de cada um.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi deliberado por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, doze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal, aderir ao presente documento.-----

-----f) Entrada número duzentos e vinte e sete, datada de vinte e oito de Julho do corrente ano, sobre “Recomendações da Assembleia Municipal referente à mudança de horários dos Comboios Beja/ Tunes e Tunes/ Beja”, enviada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira.-----

-----g) Entrada número duzentos e quarenta, datada de dezoito de Setembro do corrente ano, sobre “Proposta de Lei de Finanças Locais”, enviada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que perguntou se, na Câmara Municipal de Odemira, já tinha sido feita alguma comparação, relativamente à verba transferida pelo Orçamento Geral de Estado com a lei actual e com a que

se estava a projectar, e bem assim se a lei que iria ser aprovada na Assembleia da República, seria mais favorável ou desfavorável para o concelho de Odemira.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que na proposta em causa, no que dizia respeito às questões financeiras no concelho de Odemira, até dois mil e nove, não iria haver diminuição da receita, e bem assim disse que segundo os mapas elaborados pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses, o Município de Odemira iria subir um virgula dois por cento. Informou ainda que o facto do Município de Odemira ter paisagens protegidas, iria beneficiar com a transferência de mais verbas.-----

----Referiu também que, até aquela data, as Câmaras Municipais que recebessem mais seriam solidárias com as que recebessem menos. Revelou ainda que a grande questão colocava-se depois do ano de dois mil e nove e nos municípios que iriam receber menos ou nos que estavam mais endividados, que correriam o risco de entrar em rotura financeira.-----

----Informou ainda que a Associação Nacional dos Municípios Portugueses tinha solicitado os pareceres a dois constitucionalistas (Professor Marcelo Rebelo de Sousa e Professor Diogo Leite Campos), porque haviam aspectos que eram claramente inconstitucionais.-----

----Informou também que, na prática, a nova lei iria pôr em causa a autonomia local.-----

----Por último, considerou que haviam questões na lei que deveriam ser alteradas e que ainda se encontravam na fase de clarificação de posições, estando para o efeito, agendado um Congresso Extraordinário da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, para o próximo dia quatro de Outubro.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que considerou que, em termos genéricos, a proposta de Lei de Finanças Locais deveria ser rejeitada, por questões de solidariedade para com os outros municípios, porque a nível de Odemira, não haveria uma diminuição de verbas.-----

-----Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara Municipal que disse: “Eu tive o

cuidado de dizer que a manterem-se estes pressupostos e face aos actuais cálculos, mesmo a partir de dois mil e nove, o Município de Odemira continua a ser ganhador. Nenhum autarca está em condições de ter certezas de nada”.

-----Interveio a senhora Maria Luísa Palma que considerou que deveriam pensar nos municípios que não iam ser beneficiados, porque não tinham área protegida e bem assim que deveriam ter muita “cautela”, com aquela proposta de lei.

-----Interveio o senhor Ricardo Cardoso que referiu que havia uma informação que dizia que nenhum município iria crescer ou diminuir mais do que cinco por cento das suas receitas e não se tratava de uma medida transitória.

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Guerreiro que disse: “Sobre esta questão da Nova Lei das Finanças Locais e uma vez que está aqui em causa, aquilo que o senhor Presidente referiu relativamente à mais valia que se está na expectativa de acrescer à receita municipal e ela é essencialmente devido à questão de termos áreas protegidas (...).

-----É bom entender-se que não é o Parque Natural, mas sim o Parque Natural mais o conjunto da Rede Natura.

-----Eu gostava apenas lembrar e julgo que é importante fazê-lo neste momento, é que a solidariedade relativamente às questões essenciais, nem sempre existe. E eu já tenho lamentado que quando nós, Odemira, e um conjunto de municípios que têm as áreas protegidas que são cento e oitenta e três municípios, quando tentámos a luta para que fossemos ressarcidos ou, pelo menos, fossemos recompensados pelo facto de termos essas áreas, o máximo que conseguimos juntar na Associação Nacional dos Municípios Portugueses foram setenta e dois municípios e portanto não houve aquela solidariedade que hoje está a ser exigida. (...) Foram reuniões atrás de reuniões (...) foram feitas exposições ao senhor Secretário de Estado, ao Ministro. Aljezur e Vila do Bispo, estiveram sempre na frente deste processo todo. São dos municípios que maiores áreas têm a nível nacional.

-----Esta conquista de receita não foi tida apenas porque alguém se lembrou de nós, nós trabalhámos para isso. Lamento é que de facto nessa altura, a solidariedade não tenha existido. Se isso não estivesse na lei, eu estou convencido que hoje ninguém se lembrava de nós. Também concordo que nós sejamos solidários, mas quero deixar este alerta que às tantas a solidariedade se vire contra nós novamente”.-----

-----Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que disse: “Nós estamos aqui a ver isto apenas numa visão do dinheiro, se ganhamos ou perdemos. Nós podemos ganhar mais dinheiro, mas aquilo que está na proposta de Lei das Finanças Locais é que perdemos a nossa autonomia, que é aquilo que as autarquias têm tido até hoje, o seu quadro de pessoal, a possibilidade dos empréstimos, de uma quantidade de questões. Nesta nova lei é retirado quase “puro e simplesmente” o poder de decisão que as autarquias têm.-----

-----Ganhamos um virgula dois por cento, por causa de questões das áreas protegidas, mas também lá está que nas áreas protegidas passam as autarquias a ter outras responsabilidades. Esse um vírgula dois por cento compensa de facto essas responsabilidades? Eu tenho dúvidas. Nós estamos aqui a trabalhar na corda bamba (...).-----

-----A lei travão já existe actualmente, porque nenhum município pode receber menos do que recebeu no ano anterior. Eu não estou tão optimista, tenho as minhas dúvidas.”-----

-----Considerou ainda que deveriam aguardar o resultado do Congresso Extraordinário da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, e bem assim sugeriu a realização de uma reunião da Assembleia Municipal, com o Executivo Municipal e outras pessoas, para aprofundar essa temática.-----

-----Por último, disse: “E se o Município resolvesse que não cobrava aquela derrama sobre o IRS e ao lado cobrava ou vice-versa os cinco por cento? Isto é lógico? É moral?-----

-----Está na lei que os municípios têm que pagar impreterivelmente os serviços prestados à população e eu pergunto se aquilo que nós todos pagamos de lixo e água, é o total da despesa”.-

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que sugeriu que se aguardasse a evolução das questões, nomeadamente a realização do Congresso Extraordinário, antes de tomarem uma posição. Esta sugestão foi aprovada por consenso.-----

-----h) Entrada número duzentos e cinquenta e oito, datada de vinte e cinco de Setembro do corrente ano, sobre “Requerimento apresentado na Assembleia da República pelo Deputado Luís Rodrigues, sobre Variante à EN 120 em Aljezur e Itinerário Complementar 4 (IC4)”, enviada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.-----

-----Interveio o senhor Ricardo Cardoso que considerou que o problema que se estava a passar em Aljezur era muito comum e familiar.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que, apesar do Partido Social Democrata não ter um deputado pelo Distrito de Beja, o Deputado Luís Rodrigues tinha vindo a seguir, com alguma acuidade, algumas questões relacionadas com a região.-----

----Referiu ainda que o IC4 já tinha sido abordado por diversos deputados da Assembleia da República, e bem assim considerou que a questão estava desperta e havia uma pressão constante por parte dos municípios.-----

-----Interveio o senhor Raul de Albuquerque Tomás que referiu que o senhor José Raul, ex-autarca de Ourique, era o deputado representante do Alentejo, na Assembleia da República, no entanto poderiam existir outras pessoas que lutavam pelos interesses dessa região.-----

-----Interveio o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que referiu que concordava com o teor do requerimento em causa, e bem assim disse que se tratava de um assunto que interessava a todos.-----

-----Em face do exposto, foi deliberado por consenso, endereçar um ofício de agradecimento ao deputado em causa.-----

-----i) Entrada número duzentos e sessenta e cinco, datada de vinte e nove de Setembro do corrente ano, sobre “Transformação do Destacamento em Corpo de Bombeiros”, enviada pela

Vida por Vida – Associação Pró Bombeiros, em Vila Nova de Milfontes.-----

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que referiu que tinha recebido da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, uma carta a informar sobre as novas normas de funcionamento do INEM e assistência aos doentes. Revelou que actualmente as pessoas que solicitavam a ambulância, se não fosse através do INEM, não lhes eram assinados os papeis para lhes pagarem o serviço.-----

----Manifestou ainda a sua discordância com este novo funcionamento, uma vez que existiam muitas pessoas acamadas ou em fase terminal que precisavam constantemente de se deslocarem ao Centro de Saúde e não tinham dinheiro para pagar a ambulância.-----

----Disse também que na citada carta vinha referido que já não existia o VMER em Ourique, e que apenas existia em Beja.-----

-----Interveio o senhor José Ribeiro que referiu que era porta-voz dos moradores dos bairros da Avó, Azul e da população em geral de São Luís e queria demonstrar o descontentamento relativamente ao mau cheiro proveniente da “ETAR” de São Luís. Disse que o barranco cheirava muito mal e já tinham colocado várias vezes esse problema aos responsáveis pelo Pelouro, na Câmara Municipal de Odemira.-----

-----Interveio o senhor Ricardo Cardoso que relativamente às questões de saúde, considerou que deveria ser criado um acesso alternativo ao Centro de Saúde de Odemira para evitar situações, como a que tinha acontecido recentemente quando um automóvel se incendiou no meio da estrada, impossibilitando a passagem da ambulância para o Centro de Saúde.-----

----Por último, questionou em que situação se encontrava o heliporto de Odemira, a sua localização e informou que a última vez que o helicóptero do INEM se tinha deslocado ao Centro de Saúde de Odemira, tinha tido muita dificuldade em aterrar.-----

-----Interveio a senhora Helena Loermans que solicitou que fosse agendada a data da sessão ordinária de Dezembro, da Assembleia Municipal, para evitar o descontentamento existente no

ano transacto com a data da sessão.-----

-----Interveio o senhor Fernando Encarnação que solicitou que fosse reposto o sinal de trânsito junto ao “beira-rio”, em Odemira, a proibir o trânsito de veículos pesados e com atrelados na direcção do “Jardim dos Balouços”. Referiu ainda que antigamente à entrada da Rua dos Combatentes da Grande Guerra, em Odemira, havia um sinal de fim de estrada que tinha sido retirado. Disse: “Aquela rua transformou-se num inferno no verão, não só para quem lá vive, mas também para quem vai por engano para aquela zona”.-----

-----Por último, lembrou a sua proposta referente à alteração do horário de funcionamento do cemitério, e bem assim informou que as Câmaras Municipais do Distrito de Beja que tinha contactado, desconheciam a “taxa de reabertura do cemitério”.-----

-----Interveio o senhor Augusto Maria que, relativamente à intervenção da senhora Joaquina Bernardino, informou que os bombeiros do Distrito de Beja, por intermédio da Federação, tinham realizado uma reunião com todas as corporações, onde tinha sido aprovado o comunicado que será fotocopiado para todos os presentes, para conhecimento. Disse ainda que o comunicado em causa seria distribuído junto da população, nas instituições e nas rádios locais.-----

-----Interveio o senhor Diogo Castanheira que sugeriu que se criasse um Grupo de Trabalho para a elaboração da “Folha da Assembleia”, ou seja o folhetim que visava atrair todos os munícipes às sessões da Assembleia Municipal e que tinha sido proposto pelo Grupo de Trabalho que elaborou o Regimento dos Membros da Assembleia Municipal de Odemira.-----

-----Interveio o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que relativamente à questão abordada pela senhora Joaquina Bernardino e pelo senhor Augusto Maria, informou que os bombeiros voluntários apelaram a todas as entidades para que se manifestassem, por escrito, contra a situação de funcionamento dos serviços de orientação de doentes urgentes.-----

-----Interveio o senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, que solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal, dados concretos sobre a passagem de nível de Luzianes-Gare.-----

-----Seguidamente nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo primeiro do Regimento dos membros deste órgão, o senhor Presidente da Assembleia interrompeu a sessão para intervalo, pelas vinte e três horas e trinta minutos.-----

-----Pelas vinte e três horas e quarenta minutos, depois de verificado o quórum, retomaram-se os trabalhos.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que a sessão ordinária de Dezembro, iria-se realizar no dia vinte, quarta-feira.-----

-----Seguidamente colocou à consideração dos presentes a inclusão de mais dois pontos no Período da Ordem do Dia, com o seguinte título e cuja documentação tinha sido previamente distribuída: “Ponto nove: Minuta do contrato de prestação de serviços por ajuste directo para recolha, transporte e valorização de resíduos recicláveis: apreciação e deliberação” e “ponto dez: CDU – Coligação Democrática Unitária – Serviço de Abastecimento de Água do Concelho de Odemira – Protocolo – Alteração da Cláusula VII: apreciação e deliberação”.-----

-----Interveio a senhora Maria da Piedade Barradas que perguntou o porquê de, apenas neste momento, ter sido solicitada a inclusão da proposta de alteração da CDU, uma vez que já tinha sido aprovada na reunião do Executivo Municipal datada do dia de três de Agosto.-----

-----Interveio o senhor Vereador Carlos Oliveira que lamentou o sucedido e informou que se tinha tratado de um lapso interno na elaboração da acta da reunião da Câmara Municipal.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a inclusão do nono ponto, a qual foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, doze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por

Odemira, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal.-----

-----Seguidamente foi colocada à votação a inclusão do décimo ponto, a qual foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, doze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista e duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que solicitou que fosse retirado da Ordem do Dia, o ponto oitavo com o título: “Proposta de Regulamento do Concurso de Banda Desenhada: apreciação e deliberação”, porque tinha sido indevidamente proposto à Assembleia Municipal.-----

-----Interveio a senhora Dulce Raposo que referiu que na minuta da reunião do Executivo Municipal referente ao assunto em causa, vinha mencionado que a proposta deveria ser aprovada pela Assembleia Municipal.-----

-----Interveio o senhor Raul de Albuquerque Tomás que disse: “Esta Assembleia Municipal pode não ter, por lei, o direito de deliberar sobre estas coisas, mas pelo menos devia ser informada. Até porque nestes textos até pode haver interesse, em que os membros da Assembleia Municipal depois divulguem estas iniciativas junto da população, porque este veículo parece-me a mim, que é muito mais abrangente no território, do que propriamente os Vereadores que estão na Câmara Municipal”.-----

-----Relembrou ainda que anteriormente tinha decorrido um concurso de fotografia sobre os “750 anos de História de Odemira”, considerando que se tratava de uma iniciativa louvável que fazia com que a população se envolvesse no estudo da história e dos costumes do concelho de Odemira.-----

-----Propôs ainda que na cláusula respeitante ao júri desse e de outros concursos viessem discriminados todos os elementos que integravam o júri.-----

-----Por último, lamentou que na entrega dos prémios do concurso de fotografia anteriormente citado, apenas estivesse presente do Executivo Municipal, o Vereador Cláudio Percheiro, considerando que deveria estar presente alguém ligado ao Pelouro da Cultura, do Município de Odemira.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que no Executivo Municipal havia a boa prática de discutir as actas para chegarem às redacções finais.-----

-----Disse também que o que estava acrescentado na minuta tinha sido um lapso dos serviços, porque não tinha sido deliberado na reunião, e bem assim esclareceu que o regulamento não devia ser aprovado pela Assembleia Municipal, porque se extinguia com o evento.-----

-----Por último, informou que a Câmara Municipal divulgava as suas actividades através do site do Município, das notas de imprensa, entre outros, pelo que todos poderiam ter conhecimento sem ser através dos membros da Assembleia municipal.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----**Ponto um:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO QUE VEIO INTRODUIR ALTERAÇÕES À LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO: Neste ponto registaram-se as seguintes intervenções:-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que solicitou esclarecimentos relativamente à deliberação descrita na folha vigésima quarta, no último assunto e na folha vigésima sétima, no sexto e no décimo primeiro assunto.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que na vigésima quarta folha, faltava a palavra “nomear”, devendo-se ler: “...por unanimidade, nomear o representante...”. Relativamente à questão da AMAGRA, constante na vigésima sétima folha, informou que tinha surgido uma factura relativa à subvenção à AMBILITAL, que tinha suscitado dúvidas, quanto à atribuição de um subsídio a uma factura com IVA, pelo que deliberaram solicitar esclarecimentos.-----

----Por último, relativamente à alteração do artigo vigésimo oitavo do Regulamento do Plano Director Municipal de Odemira, constante na mesma folha, informou que dizia respeito à área imposta pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Alentejo, para os parques de campismo. Referiu que a Câmara Municipal sempre se tinha debatido para que não ficassem “reféns” da área de quatro hectares, para evitarem situações como a que aconteceu com o Parque de Campismo do Almogrove, que ficou parado, porque o Parque Natural não tinha autorizado o aumento da área, sabendo-se que os quatro hectares eram ínfimos para efeitos de rentabilização.-----

----Disse ainda que a alteração em causa tinha a ver com um investimento na zona de A-de-Mateus, na ordem dos cento e cinquenta milhões de euros e que se destinava ao primeiro Ecoparque em Portugal, com oitenta hectares.-----

-----Interveio a senhora Vanda Ribeiro que referindo-se à décima terceira folha, solicitou esclarecimentos sobre “Apoios aos Projectos Educativos”.-----

----Solicitou também esclarecimentos sobre o nono assunto, constante na vigésima sétima folha, sobre homologação da candidatura “Centros Escolares de Odemira”.-----

----Por último, referindo-se à trigésima folha do relatório e relativamente aos protocolos de colaboração para implementação do programa de generalização do ensino do inglês e de outras actividades de enriquecimento curricular, solicitou esclarecimentos sobre o assunto, uma vez que no seu Agrupamento não iriam iniciar tais actividades no início do mês de Outubro.-----

-----Interveio o senhor Valdemar Silvestre que perguntou em que fase se encontrava a obra das Piscinas Municipais de Odemira.-----

-----Interveio o senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que referindo-se às folhas números vinte e nove e trinta do relatório, solicitou esclarecimentos acerca da votação, nomeadamente os votos contra dos eleitos da Coligação Democrática Unitária, na ratificação dos Protocolos de Colaboração.-----

-----Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que disse que a deliberação estava incorrecta, uma vez que tinham deliberado, por unanimidade, não ratificar os protocolos, porque estavam muito confusos, não estavam correctos e iriam sofrer alterações, encontrando-se ele e o Vereador Hélder Guerreiro a “limar algumas arestas”.-----

-----Interveio o senhor Vereador Carlos Oliveira que informou que tinha sido lançado um desafio às Comissões Executivas de cada Agrupamento para apresentarem projectos inovadores no âmbito da educação, que seriam objecto de apoio ou subsídio.-----

----Disse ainda que “Centros Escolares era o conceito do Ministério da Educação e tinha a ver com o facto de serem escolas acolhedoras e terem J.I’s integrados às E.B.’s”.-----

----Quanto ao protocolo disse: “Tenho a certeza que no dia quinze de Agosto era a data limite para o envio dos protocolos. Da parte do Pelouro da Educação, houve um trabalho contra relógio para as coisas entrarem. O dia quinze foi quarta e dezasseis, quinta. Quando reunimos e foram distribuídos ao Vereador Cláudio, na sexta-feira anterior as versões do protocolo para colher sugestões, o Vereador Cláudio quando chega no dia dezasseis à reunião e no seu perfeito direito, vinha com várias propostas de alteração e é confrontado com os protocolos para ratificação, porque a data limite tinha sido o dia anterior (...).-----

----O Vereador Cláudio quando votou contra, recordo-me perfeitamente, disse que votava contra por causa da redacção dos textos e isso não tem a ver com a unanimidade de ratificar.----

----(...) posteriormente ao dia dezasseis de Agosto, a própria DREA tornou a mandar os

protocolos para então serem aperfeiçoados que é o trabalho que o senhor Vereador Hélder está a fazer com o Vereador Cláudio”.

----Por último, ainda em relação aos protocolos, disse que estavam na fase de contratação de docentes, para as aulas do prolongamento.

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Guerreiro que relativamente às Piscinas Municipais, informou que a obra inicialmente adjudicada, não incluía o acesso entre a escola profissional e a piscina. Referiu que tinha sido necessário concluir a obra, porque o estaleiro implicava com o acesso em causa. Revelou também que à posteriori tinham-se verificado outras exigências da parte da EDP e com a entrada em funcionamento do Estádio Municipal, não havia potência suficiente para aguentar a ligação.

----Em face do exposto, informou que tinha sido necessário recolocar o Posto de Transformação da piscina, para redistribuir a potência.

----Por último, disse: “A obra da piscina está praticamente concluída, faltam fazer os testes e algumas correcções da obra que entretanto foram identificadas. Estão a proceder à limpeza das zonas envolventes à piscina e de uma parte do interior. O tempo estimado para os ensaios são de dois a três meses, se não houver complicações que surjam nas instalações.

----Há água suficiente para encher a piscina, poderá haver algum problema de verão, mas posso já adiantar que vai haver a abertura de um concurso público para o reforço do abastecimento de água a Odemira, com mais uma conduta colocada entre a Boavista e Odemira, porque infelizmente aquela que temos neste momento, tem dez anos, não permite garantir no verão todas as necessidades”.

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a obra das piscinas municipais tinha sido suspensa, porque haviam trabalhos que o empreiteiro teve que suspender, para a execução das duas empreitadas que o Vereador José Alberto Guerreiro falou.

-----Interveio o senhor Raul de Albuquerque Tomás que disse: “(...) Em particular eu não

entendo como é possível a zona do Cavaleiro, entre o Cabeço Queimado e a Santoleira não estarem electrificados. Eu fui dar um passeio, quando foi o concurso de fotografias, pelo Pego das Pias, Vale Ferro e descobri que aquilo tem para lá luz por todo o lado, em casas podres, casas que estão a cair e que ninguém lá vive. Como é que na zona do Cavaleiro, onde eu tenho casa não há electricidade, como posso ir à Internet lá?”-----

-----Referindo-se ao mapa do Aproveitamento, constante nas folhas trinta e seis e seguintes, perguntou como eram feitas as adjudicações, se eram por concurso ou por ajuste directo.-----

-----Por último, perguntou se havia algum impedimento dos membros da Assembleia Municipal fazerem trabalhos para a Câmara Municipal.-----

-----Intervio o senhor Presidente da Câmara Municipal que disse: “Não me ouviu dizer que havia Internet para todos. A Câmara Municipal até tinha um contencioso a todo o tempo com a empresa Portugal Telecom, exactamente porque se disse que o país estava coberto por Internet e ela não existia em todo o lado (...)”.-----

-----Disse ainda que o concelho de Odemira já estaria todo coberto com a rede eléctrica, se as verbas dos apoios comunitários viessem a tempo certo ou se fosse permitida a tal capacidade de empréstimo.-----

-----Referiu também: “Eu já lhe tinha dito que o projecto do Serro Queimado só não está no terreno porque o Parque Natural bloqueou o projecto dois anos, não queria as linhas aéreas e obrigou a reformular o projecto, dois anos depois. Neste momento, o projecto está a ser acabado pelo Engenheiro Oliveira e está prestes a entrar na EDP”.-----

-----Referiu ainda que, nos últimos anos os montes que estivessem abandonados e que não fossem de habitação permanente, a Câmara Municipal não colocaria electrificação, salvo se a habitação já tivesse um projecto de reconstrução licenciado pela Câmara Municipal ou existisse uma declaração expressa do proprietário, em que se comprometia a reconstruir e habitar o monte.-----

-----Disse ainda que a forma de adjudicação dependia do valor da obra ou serviço em causa, porém privilegiavam os ajustes directos, porque eram mais rápidos. Por último, sugeriu que colocasse por escrito, a questão do impedimento dos membros da Assembleia Municipal em concorrerem a obras ou serviços da Câmara Municipal, para posterior análise por parte do Gabinete Jurídico, do Município.-----

-----Interveio novamente o senhor Raul de Albuquerque Tomás que disse que tinha contactado a EDP de Beja, relativamente à electrificação da zona de Santoleira e Cabeço Queimado e tinha lhe sido explicado, por um engenheiro da EDP, que no final do mês de Agosto tinham enviado o projecto de baixa tensão à Câmara Municipal, para ser aberto concurso, que o Engenheiro Oliveira não estava a fazer projecto algum e, bem assim que a linha de média tensão não avançava porque a Câmara Municipal não lhe dava prioridade.-----

-----Por último, disse: “(...) Eu não vou aceitar adjudicações nenhuma, nem sequer vou fazer parte de lista nenhuma, mas entendo que membros desta Assembleia Municipal também não deveriam aceitar, tenham qualidade para isso ou não.”-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que reunia periodicamente com a EDP, ao mais alto nível e não acreditava que fossem transmitidas respostas diferentes para o mesmo assunto. Disse ainda que na última reunião, tinham sido transmitidas orientações ao senhor Engenheiro Oliveira, para no projecto de baixa tensão, de que era autor, introduzir as alterações indicadas pelo Parque Natural.-----

-----Por último, disse que a linha de média tensão não era da responsabilidade da Câmara Municipal, mas sim da EDP que era a única entidade com competência para a fazer.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**Ponto dois:** LANÇAMENTO DA DERRAMA: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da

apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----
-----“4 – **PROPOSTA N.º 0717-2006 - Lançamento da Derrama.**-----
-----Foi presente a informação n.º 23, datada de 09 de Agosto de 2006, elaborada pela
Divisão Financeira, nos termos do n.º 1 do Artigo 18.º da lei n.º 42/98, de 06 de Agosto, no
sentido de lançar a derrama que deve ser comunicada pela Câmara Municipal ao Director de
Finanças até ao dia 31 de Outubro do ano anterior ao da cobrança, conforme estatui o n.º 3 do
Artigo 18.º da lei n.º 42/98.-----
-----Propõe-se a aprovação de 9% funcionando a redução de 1% do limite legal de 10%
como incentivo as empresas.-----
-----A CDU argumentou no sentido de um abaixamento da taxa, tendo alvitrado a fixação
de 7,5%.-----
-----Por consenso entre todos os eleitos entendeu-se que um abaixamento poderia existir,
mas não com a amplitude preconizada pela CDU, pelo que a Câmara Municipal deliberou, por
unanimidade, aprovar a proposta de derrama à taxa de 8% devendo, a mesma ser presente à
Assembleia Municipal para apreciação e deliberação”.-----
-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação daquela proposta, a qual foi
aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista,
dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor
dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, um voto contra dos membros eleitos pela
Coligação Por Odemira e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática
Unitária, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal.-----
-----**Ponto três: IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – FIXAÇÃO DE TAXAS**
SOBRE OS PRÉDIOS URBANOS: Ao dar-se inicio ao tratamento deste assunto, interveio o
senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que
seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“1 – **PROPOSTA N.º 0748-2006 – Imposto Municipal Sobre Imóveis – fixação de taxas sobre os prédios urbanos**-----

-----Foi presente a informação n.º 25 datada de 01-09-2006 elaborada pela Divisão Financeira, nos termos do n.º 4 do art.º 112º do Dec.Lei n.º 287/2003 de 12 de Novembro, propondo a fixação das taxas a aplicar aos prédios urbanos em 2007.-----

-----Propõe-se que aos prédios urbanos seja fixada a taxa de 0,76% referente à alínea b) do n.º1 do art.º 112º e a taxa de 0,475% referente à alínea c) do mesmo número e artigo do Dec.Lei n.º.287/2003 de 12 de Novembro.-----

-----Pelos Senhores Vereadores Eleitos pela CDU – Coligação Democrática Unitária, foi apresentada a Proposta, que seguidamente se transcreve:-----

-----“PROPOSTA-----

-----No ano de 2005, foram fixadas as taxas a aplicar no ano de 2006 referentes ao Imposto Municipal sobre Imóveis, sobre os valores patrimoniais dos prédios urbanos, por proposta da Câmara Municipal e aprovação da Assembleia Municipal, incidindo a taxa de 0,76% sobre os prédios urbanos em geral e 0,475% sobre os prédios urbanos avaliados, nos termos do Art.º 112º. do CIMI.-----

-----Em 6 de Julho de 2006, apresentámos um requerimento ao Executivo Municipal, solicitando ao Senhor Presidente da Câmara uma resposta concreta, se era ou não intenção, de se proceder à correcção dos Zonamentos e Coeficientes de Localização em vigor, dado que a aplicação dos existentes estavam a provocar grandes injustiças, quer para compradores, quer para investidores, pois a aplicação dos mesmos, estão a dar resultados em que o valor patrimonial é superior ao valor real de venda desses prédios, com todas as consequências daí resultantes, no IMI, IMT, IRC e outros impostos.-----

-----Conforme o legislador e o Governo sempre o disseram, com este novo Código, pretendia-se actualizar o valor patrimonial dos prédios, há muito desactualizados, tendo em

conta a sua localização, o seu estado de uso, as infra-estruturas existentes, a qualidade da habitação e da construção, resultando dessa avaliação um valor patrimonial que oscilaria entre 80 e 90% do valor real. Ora não é o que está a acontecer, em alguns casos no nosso Concelho, com todas as consequências para esta actividade económica, ainda a mais relevante num Concelho como o nosso, de tão fracas oportunidades de emprego e de tão reduzido movimento comercial.-----

-----Não podemos por outro lado esquecer, que por força do Regulamento Municipal de urbanização, edificação e taxas do Concelho de Odemira, os investidores e famílias, são já penalizadas com este Regulamento, cujas consequências estão bem à vista de todos, originando uma retracção no investimento e contribuindo para a desertificação, que se pretende inverter.---

-----Não podemos também esquecer, que com a entrada em vigor do CIMI, as famílias que construíram habitação própria e permanente, viram reduzida a sua isenção de contribuição autárquica de 10 para 6 anos.-----

-----Não podemos também deixar de referir que, com as taxas actualmente em vigor, houve um significativo aumento de receita entrada nos cofres do Município, ultrapassando em muito o que previamente foi previsto de arrecadação deste imposto municipal.-----

-----Por todas as razões atrás referidas e, porque acreditamos que é necessário incentivar a construção e a criação de empregos, porque é necessário e fundamental a fixação de população, propomos que para o ano de 2007, as taxas a aplicar nos termos do Art.º 112º. do IMI sejam as seguintes:-----

-----Alínea b) – Prédios urbanos – 0,7 %-----

-----Alínea c) – Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI 0,4%-----

-----Odemira, 2006.09.07-----

-----Os eleitos no executivo municipal da CDU,-----

-----a) -Manuel da Silva Cruz-----

-----a) – Cláudio José dos Santos Percheiro”-----
-----A Câmara Municipal deliberou, por maioria, rejeitar a Proposta apresentada pela CDU,
com os votos contra dos Eleitos do PS e votos a favor da CDU.-----
-----A seguir foi apresentada pelos Senhores Vereadores Eleitos pelo Partido socialista, a
Declaração de Voto, que se transcreve:-----
-----Declaração de Voto-----
-----A Coligação Democrática Unitária apresentou uma proposta de redução das taxas a
aplicar nos termos do Art.º 112.º do IMI, para 0,7% e 0,4%, respectivamente, para os prédios
urbanos e prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI.-----
-----Os eleitos pelo Partido Socialista votam contra, porque tal representaria uma regressão
insustentável nas receitas municipais, e uma forma “fácil” de fazer política baseada nos
princípios contrários aos da lei fundamental das Finanças Locais e do próprio Código do IMI.--
-----Os eleitos do Partido Socialista não podem deixar de lembrar que em 2005 se fez um
esforço considerável nesta matéria, baixando as mesmas taxas de 0,80 para 0,76% e de 0,50
para 0,475% representado uma baixa de 5% na receita.-----
-----Por outro lado, relembre-se e refira-se que os municípios vizinhos, independentemente,
da sua cor política mantêm valores para 2006 nesta ordem de grandeza, havendo diversos casos
que aplicaram desde sempre e continuam a aplicar as taxas máximas.-----
---Neste contexto, reiteramos a proposta do ano transacto de 0,76% e 0,475% para 2007.-----
---Os eleitos do P.S. no executivo.-----
---a) – José Alberto Candeias Guerreiro-----
---a) – Carlos Alberto Silva Oliveira-----
---a) – Hélder António Guerreiro”-----
---Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos
Eleitos pelo Partido Socialista e os votos contra dos Eleitos pela Coligação Democrática

Unitária, aprovar nos termos propostos, devendo ser enviado à Assembleia Municipal, para apreciação e deliberação.”-----

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que considerou que deveria existir uma perspectiva e uma visão diferente na aplicação do IMI, uma vez que essa era uma das vias, pela qual poderiam evitar a desertificação.-----

-----Por último, considerou que dada a actual situação económica e a situação precária em que a grande maioria das pessoas vivia, a sua fixação seria condicionada pela prática de taxas muito elevadas, levando à fuga para os concelhos onde as taxas seriam mais baixas.-----

-----Interveio o senhor Raul de Albuquerque Tomás que referindo-se ao primeiro parágrafo da informação da Divisão Financeira, do Município de Odemira, sobre o assunto em causa, considerou que o que gerava riqueza era o investimento das pessoas, o trabalho, as mais valias e a iniciativa privada.-----

-----Disse também: “Eu não entendo como é possível a Câmara Municipal arrogar-se no direito de dizer que o dinheiro não chega, quando ainda por cima, publica um regulamento de taxas e licenças, compensações urbanísticas, depois sucessivamente o veio revendo para baixo, o que demonstra que o dinheiro não lhe faz falta.-----

-----Tem a coragem de publicar um regulamento daqueles que mistura alhos com bugalhos, mistura taxas e compensações urbanísticas, com regras urbanísticas sobre medidas de janelas e temos um caso simples na Boavista dos Pinheiros, uma casa branca que há lá que nem sequer obedece a essas regras. Portanto nós somos todos uns fantoches que andamos aqui a aprovar regulamentos que nem sequer são cumpridos.-----

-----(...) Os estudos contabilísticos e de viabilidade é tudo feito em cima do joelho. A fundamentação toda que está aqui, está completamente errada. É evidente que por estas razões, eu vou votar contra.”-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que disse: “O senhor deveria ter

mais cuidado quando, em plena Assembleia Municipal, diz que nós somos uns fantoches. Se há quem seja, também há quem não seja. E é grave esse tipo de coisas aqui, porque as pessoas, são gente e pode haver aqui quem não queira ser chamado de fantoche”-----

----Informou ainda que o que vinha referido na informação, resultava dos jardins-de-infância, auxiliares nas escolas, de funcionários para a própria piscina municipal, porque cada vez mais eram transferidas para a Autarquia competências que implicavam despesa corrente, para poderem dar resposta às necessidades da população.-----

----Disse também: “A despesa corrente não resulta da má administração, mas daquilo que o regime gera.”-----

----Disse ainda que, na altura devida, tinha explicado que quando elaboraram o regulamento das taxas e compensações urbanísticas, tinha ficado assente que posteriormente seria objecto de uma revisão mais profunda. Revelou ainda que após verificarem os efeitos a nível de aplicação e o aumento das taxas, tinham decidido aplicar uma fórmula para reduzir ligeiramente as taxas, adiando a revisão profunda que deverá ocorrer durante o próximo ano.-----

----Por último, discordou que houvesse estudos urbanísticos “em cima do joelho”, e bem assim referiu que tinham de ter receita para fazer face às despesas correntes.-----

-----Interveio novamente o senhor Raul de Albuquerque Tomás que disse que a palavra fantochada, tinha apenas a ver com as normas urbanísticas que não eram aplicadas e não com as pessoas presentes na Assembleia Municipal.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, sete votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto contra dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando

estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia Municipal.-----

-----A senhora Maria da Piedade Barradas, eleita pela Coligação Democrática Unitária, apresentou a Declaração de Voto que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“Apesar de compreender a necessidade de realização de receitas para fazer face às despesas correntes do Município, votei contra a proposta apresentada de “Fixação da Taxa do IMI” por considerar que, na conjuntura actual, os valores propostos se tornam demasiado onerosos para as famílias mais carenciadas, tendo em conta o envelhecimento da nossa população.”-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal, referindo-se ao número dois do artigo vigésimo sétimo do Regimento dos Membros da Assembleia Municipal e atendendo que era uma hora do dia trinta, colocou à consideração dos presentes o prolongamento dos trabalhos por mais trinta minutos.-----

-----Esta proposta foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, cinco votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, um voto contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e três abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto quatro:** 9ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – 2006: 4ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA; 4ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA; 4ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão.-----

-----“9ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – 2006: 4ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA

RECEITA; 4ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA; 4ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS:

Foi presente a 9ª Modificação Orçamental relativa ao ano de 2006, elaborada nos termos do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), consistindo na 4ª Revisão ao Orçamento da Receita, na 4ª Revisão ao orçamento da Despesa e na 4ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, e que apresentava os seguintes valores:-----

-----ORÇAMENTO DA RECEITA:-----

-----Inscrições/Reforços: 20.000,00€ (vinte mil euros);-----

-----Diminuições/Anulações: 20.000,00€ (vinte mil euros)-----

-----ORÇAMENTO DA DESPESA:-----

-----Inscrições/Reforços: 650.500,00€ (seiscentos e cinquenta mil e quinhentos euros);-----

-----Diminuições/Anulações: 650.500,00€ (seiscentos e cinquenta mil e quinhentos euros);-----

-----PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS:-----

-----Inscrições/Reforços: 166.000,00€ (cento e sessenta e seis mil euros);-----

-----Diminuições/Anulações: 611.000,00€ (seiscentos e onze mil euros).-----

-----Propõe-se aprovar nos termos propostos, bem como remeter o assunto para apreciação e deliberação da Assembleia Municipal.-----

-----Aprovado por maioria, com os votos contra dos senhores Vereadores da CDU”.-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, oito votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto cinco:** FERNANDA ISABEL COSTA BERNARDO – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA DOAÇÃO DE ½ DO LOTE N.º 54 DO LOTEAMENTO

MUNICIPAL DE S. LUIS: Ao dar-se inicio ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“FERNANDA ISABEL COSTA BERNARDO – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA DOAÇÃO DE ½ DO LOTE N.º 54 DO LOTEAMENTO

MUNICIPAL DE S.LUIS:- Foi presente a Informação n.º 103, datada de 21/06/06, elaborada pela Divisão de Aprovisionamento e Gestão de Stocks – Secção de Património, relativa ao pedido formulado por Fernanda Isabel Costa Bernardo, de autorização para proceder à doação de ½ do lote n.º 54 do Loteamento Municipal de S. Luís, a Pedro Miguel Jesus Rosa, com quem vive maritalmente, para efeitos de contrair empréstimo bancário.-----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar a doação de ½ do lote n.º 54 do Loteamento Municipal de S. Luís, a Pedro Miguel Jesus Rosa, devendo, no entanto, o processo ser submetido à apreciação e deliberação da Exm.ª Assembleia Municipal.”-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto seis:** LOTEAMENTO MUNICIPAL DE SABÓIA – ALIENAÇÃO DOS LOTES N.º 3 E 5 – REALOJAMENTO DE VÍTIMAS DAS INTEMPÉRIES DE

NOVEMBRO DE 1997: Ao dar-se inicio ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“9 – **PROPOSTA N.º 0729-2006 – Habitações edificadas nos lotes n.º 3 e n.º 5 do Loteamento Municipal de Sabóia – Alienação de lotes de terreno.**-----

-----Foi presente informação n.º 120/06, datada de 08 de Agosto de 2006, elaborada pela Divisão de Aprovisionamento e Gestão de Stocks – Secção de Património, relativa às habitações edificadas nos lotes 3, 5, 28, 29 e 30 do Loteamento Municipal de Sabóia, destinadas ao realojamento de vitimas das intempéries de Novembro de 1997, informando ainda que somente agora se reuniram as condições para que o processo seja objecto de deliberação, nomeadamente, no que diz respeito aos lotes 3 e 5, da autoconstrução, sendo os restantes lotes 28, 29 e 30 de arrendamento social, no regime de renda apoiada.-----

-----Informando ainda que face ao exposto, se encontram reunidas as condições para que sejam alienados os lotes 3 à senhora Maria Paula Neto Pais Tristão, e o lote 5 ao Senhor José Francisco Gomes, solteiro, maior e a Angelina Maria Duarte, solteira maior.-----

-----Propõe-se a fixação do valor de venda do terreno.-----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar fixar o valor do terreno em cinco euros, devendo ser remetido à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação”.-----

-----Interveio o senhor Raul de Albuquerque Tomás que disse: “A alienação do lote tem os motivos mais do que justificados, eu só queria saber se há algum regulamento que calcule o pagamento para se apurar o valor que foi deliberado na sessão da Câmara Municipal”.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a operação em causa resultava de um compromisso com o Instituto Nacional de Habitação, para realojamento das pessoas atingidas pelas cheias de Novembro de mil novecentos e noventa e sete.-----

-----Informou ainda que existiam regulamentos municipais para cada tipo de concurso, ou seja nos lotes pertencentes ao concurso por atribuição, tinha sido deliberado estipular o valor de vinte e cinco euros, uma vez que estavam a apoiar a auto construção, nos chamados bairros

municipais. Disse também que nos concursos por hasta pública, o lote tinha um determinado valor base que resultava do valor fundiário do terreno e a quota parte que esse lote tinha nas infra-estruturas e posteriormente a oferta da alienação seria feita por lances, pelos potenciais interessados.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação do presente assunto, o qual foi devidamente aprovado por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto sete: MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AJUSTE DIRECTO PARA A RECEPÇÃO, TRANSPORTE E DEPOSIÇÃO EM ATERRO DE RSU:** Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão:-----

-----**“MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AJUSTE DIRECTO PARA A RECEPÇÃO, TRANSPORTE E DEPOSIÇÃO EM ATERRO DE RSU:** Foi presente contrato que terá uma duração de seis anos e tem por objecto, a entrega dos resíduos sólidos urbanos, recolhidos pelo Município, na Estação de Transferência do Telheiro (ETL) e a consequente recepção, transporte e tratamento dos RSU pela Ambilital, serviço que já é efectuado desde o ano 2000. O tarifário a aplicar será actualizado anualmente, sendo que em 2006 se manterá o valor já definido de 25,65€/ tonelada.-----

-----A alteração mais profunda à situação existente, introduzida com este contrato, refere-se à Clausula 8ª – facturação dos RSU, sumariamente:-----

----- - As facturas deverão ser liquidadas no prazo máximo de 60 dias, após a data de emissão;-----

----- - No incumprimento ou mora do pagamento por parte do Município, a Ambilital pode suspender de imediato o serviço que efectua, ou seja, a recepção de RSU na ETL.-----

-----Propõe-se a aprovação nos termos propostos, bem como remeter à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.-----

-----Aprovado por unanimidade”.-----

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que questionou de quem era a responsabilidade pela limpeza dos contentores, pois considerava que se tratava da grande debilidade do sistema de recolha de lixo, no concelho de Odemira.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a proposta em causa era apenas para deposição em aterro e não para a parte em baixa, pertencente à Câmara Municipal.-----

-----Interveio o senhor José Alberto Guerreiro, que disse que o contrato em causa, dizia apenas respeito à recolha, sendo a limpeza da responsabilidade da AMBILITAL.-----

-----Revelou ainda que a limpeza dos contentores normais era da responsabilidade da Câmara Municipal e as queixas que existiam, eram comuns aos sete municípios envolvidos. Disse também que na última reunião do Conselho Directivo da AMAGRA tinha sido decidido que os dois carros de lavagens de contentores existentes, ficariam ao serviço da AMBILITAL que iria fazer um programa de custos e necessidades dos sete municípios e adquirir mais uma viatura, para tentarem melhorar o sistema de lavagem dos contentores.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi devidamente aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes vinte e oito membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto oito:** MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR

AJUSTE DIRECTO PARA A RECOLHA, TRANSPORTE E VALORIZAÇÃO DE

RESÍDUOS RECICLÁVEIS: Ao dar-se inicio ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão:-

-----“MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AJUSTE DIRECTO PARA A RECOLHA, TRANSPORTE E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS

RECICLÁVEIS: Foi presente o contrato que terá a duração de seis anos e tem por objecto, a recolha separativa dos materiais depositados nos ecopontos distribuídos pelo concelho de Odemira, o seu transporte e encaminhamento para valorização.-----

-----O tarifário a aplicar será actualizado anualmente, sendo que em 2006 será cobrado o valor aprovado na Sessão Extraordinária da AMAGRA em 28 de Junho do corrente ano, ou seja para o Município de Odemira de 13 375,20€/ mês. Relativamente aos meses em atraso, entre Janeiro e Junho deste ano serão liquidados conjuntamente com a facturação de 2007 em igual período.-----

-----Ainda referente à facturação a Clausula 8ª – Facturação dos RSU, prevê:-----

----- - A liquidação das facturas pelo Município no prazo máximo de 60 dias, após a data de emissão;-----

----- - No incumprimento ou mora do pagamento por parte do Município, a Ambilital pode suspender de imediato o serviço que efectua, ou seja, a recepção de RSU na ETL.-----

-----Propõe-se a aprovação nos termos propostos, bem como remeter à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.-----

-----Aprovado por unanimidade”.-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um

voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação por Odemira, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto nove:** CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA – SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO CONCELHO DE ODEMIRA – PROTOCOLO –

ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA VII: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, intervieram os senhores Presidente da Câmara Municipal e Vereador Cláudio Percheiro que explicaram a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA – SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO CONCELHO DE ODEMIRA – PROTOCOLO –

ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA VII: - Foi apresentado pelos Senhores Vereadores eleitos pela CDU – Coligação Democrática unitária, proposta de alteração à Cláusula VII do Protocolo de Serviço de Abastecimento de Água do Concelho de Odemira, que seguidamente se transcreve:-

-----“SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE AGUA DO CONCELHO DE ODEMIRA – PROTOCOLO – ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA VII-----

-----1. Por consideramos que o presente protocolo, tinha e tem, em vista a transferência para as Juntas de Freguesia da competência relativa à cobrança das facturas-recibos do Município, relativas à cobrança das tarifas e quotas de serviço, respeitantes ao consumo de água, recolha de resíduos sólidos urbanos e saneamento (esgotos), serviços esses, relativos à área da respectiva freguesia, exigindo-se que cada freguesia proceda à pintura anual das portinholas;-----

-----2. Por considerarmos que se tratar de dar às freguesia uma competência, compensando-as com o valor de 10%, em troca pelos encargos de cobrança, que resultam da disponibilização de pessoal e instalações das Juntas, de registos e controle de movimentos, quer contabilísticos, quer bancários, pela responsabilidade pela guarda do dinheiro arrecadado, entre outras

formalidades;-----

-----3. Por considerarmos que se tratam de encargos de cobrança idênticos, aos que a Administração Central exige ao Município, pela arrecadação dos Impostos Municipais, em que é entendido (e bem) que se trata de uma compensação de encargos e não uma prestação de serviços, o que a não ser assim, estaríamos perante uma situação sujeita a facturação e a IVA;--

-----**Propomos que a Cláusula VII do protocolo passe a ter a seguinte redacção:**-----

-----**“À Freguesia será processada mensalmente uma verba, como compensação dos encargos de cobrança, verba essa correspondente a 10% sobre o tarifário do consumo de água e quota de serviço, cobrado na área da freguesia”**.-----

-----Odemira, 2006.08.03-----

-----Os Vereadores da CDU,-----

-----a) Cláudio José dos Santos Percheiro-----

-----a) Manuel da Silva Cruz-----

-----a) Abílio José Guilherme Bejinha”-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos, devendo ser remetido à Assembleia Municipal, para apreciação e deliberação.”-----

-----Interveio o senhor Augusto Maria que referiu que em relação ao IVA, as facturas estavam a ser bem passadas, porque mencionavam “isento de Iva”.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

-----Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cinco A barra dois mil e

dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia Municipal.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

-----Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pela uma hora e cinquenta minutos do dia trinta de Setembro.-----

-----De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários.-----

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO,-----

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO,-----